



Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Educação Física
Licenciatura em Educação Física

Vinicius Sousa Ferreira

**Transparência na Gestão da Confederação Brasileira de Desportos Escolares
(CBDE)**

Brasília
2025

Vinicius Sousa Ferreira

Transparência na Gestão da Confederação de Desportos Escolares (CBDE)

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Fernando Avalone Athayde.

Brasília
2025

FOLHA DE APROVAÇÃO

Vinicius Sousa Ferreira

Transparência na Gestão da Confederação Brasileira de Desportos Escolares (CBDE)

Trabalho de conclusão de curso apresentado
à Faculdade de Educação Física da
Universidade de Brasília como requisito
parcial para a obtenção do título de
Licenciado em Educação Física.

Data da aprovação:

Pedro Fernando Avalone Athayde — Orientador
Mestre/Doutor em
Professor da Faculdade de Educação Física (UnB)

Transparência na Gestão da Confederação Brasileira de Desportos Escolares (CBDE)

Resumo

A transparência nas gestões de entidades esportivas ao longo dos anos vem tomando uma relevância importante. Com isso o objetivo principal deste trabalho de conclusão de curso é analisar o nível de transparência na gestão da Confederação Brasileira de Desportos Escolares (CBDE), tendo como principal fonte de investigação o seu site e seu estatuto. É uma pesquisa descritivo-analítica com abordagem qualitativa, e natureza exploratória, analisando o site oficial da entidade utilizando uma matriz de avaliação com três dimensões, transparência ativa, transparência passiva e boas práticas. Além da pesquisa buscando saber o grau de acesso à informação disponibilizada pela entidade acerca de uma gestão transparente, também foi feita uma revisão de literatura sobre o esporte escolar e a forma que a CDBE trabalha em relação a democratização do esporte. Foram obtidos resultados importantes e uma boa gestão e transparência da instituição no que diz respeito ao site, e algumas contradições na forma de conduzir o esporte relacionado ao ambiente escolar.

Palavras-chaves: transparência, gestão esportiva, esporte escolar, controle social.

Sumário

Resumo	4
1. Introdução	6
2. Metodologia	9
3. Revisão de Literatura	13
3.1. <i>Desafios e Possibilidades do Ensino do Esporte na Educação Física Escolar</i>	13
3.2. <i>Esporte Escolar e Políticas Públicas</i>	17
3.3. <i>A Confederação Brasileira de Desporto Escolar (CBDE)</i>	19
3.4. <i>Gestão e Transparência no Esporte Escolar Brasileiro</i>	21
4. Resultados e Discussões	23
4.1. <i>O site institucional</i>	23
4.2. <i>Análise dos Itens de Gestão Transparente</i>	24
5. Conclusão	26
6. Referências Bibliográficas.....	27

1. Introdução

O esporte configura-se como um dos principais fenômenos socioculturais da contemporaneidade. A partir de processos de popularização, mundialização, espetacularização e, posteriormente, mercantilização (Marques, Gutierrez e Montagner, 2009), consolidou-se como um fenômeno global, amplamente difundido em diferentes contextos. No campo da Educação Física, o esporte constitui um conteúdo relevante da cultura corporal, que deve ser conhecido, ensinado, pesquisado e problematizado. No contexto da escola brasileira, após o predomínio dos métodos ginásticos, o esporte passou a ocupar lugar central nas aulas de Educação Física, especialmente durante o período da ditadura militar, quando foi fortemente incentivado como instrumento de formação disciplinar e nacionalista (Da Cunha, 2017).

Esses aspectos são destacados, inicialmente, neste Trabalho de Conclusão de Curso da Licenciatura em Educação Física com o objetivo de evidenciar a relevância do esporte como objeto de estudo, bem como sua forte presença no ambiente escolar. Nesse contexto, é importante mencionar que o Diagnóstico Nacional do Esporte (Diesporte), pesquisa realizada pelo Ministério do Esporte entre 2013 e 2015, indicou que, para grande parte da população, o primeiro contato com a prática esportiva ocorre no espaço escolar. Tal dado reforça o papel central da escola como espaço de formação, iniciação e organização das práticas esportivas, reafirmando sua importância na democratização do acesso ao esporte.

Para além do esporte como conteúdo tematizado nas aulas de Educação Física escolar, a escola configura-se também como espaço privilegiado para o desenvolvimento de projetos esportivos, frequentemente realizados no contraturno escolar. Esses projetos ganham ainda mais relevância e possibilidades de ampliação diante da perspectiva de implementação e consolidação da educação em tempo integral nas redes públicas de educação básica. Além disso, tanto em instituições públicas quanto privadas, é comum a oferta de ensino específico de modalidades esportivas, bem como a formação de equipes escolares voltadas à participação em competições, como os Jogos Escolares, em suas diferentes etapas.

Ao se citar os jogos escolares de forma genérica, é importante destacar que sua etapa nacional — os Jogos Escolares Brasileiros (JEBs) — foi criada em 1969, durante o período da ditadura militar, com o objetivo de descobrir talentos esportivos e promover a integração nacional (ARANTES; MARTINS; SARMENTO, 2012). Para Marques (2025), esse modelo de evento/competição consolidou-se como a principal ação fomentada pela gestão pública para o desenvolvimento de uma política de esporte escolar no Brasil. Segundo o autor, eventos como os JEBs materializaram uma concepção de esporte centrada na massificação da prática e na seletividade para a identificação de talentos, conformando o modelo conhecido como pirâmide esportiva.

Atualmente, o Comitê Olímpico do Brasil (COB) e a Confederação Brasileira do Desporto Escolar (CBDE) compartilham a responsabilidade pela realização de competições esportivas voltadas à população em idade escolar. Desde 2021, a CBDE organiza os Jogos Escolares Brasileiros (JEBs) na categoria de 12 a 14 anos, enquanto o COB passou a realizar, a partir de 2022, os Jogos da Juventude, destinados à faixa etária de 15 a 17 anos. Segundo Marques (2025), embora a CBDE tenha mantido, nos JEBs, características bastante semelhantes às do antigo Jogos Escolares da Juventude, o COB intensificou no seu evento os traços voltados ao alto rendimento esportivo, o que o afasta ainda mais da realidade escolar.

Todavia, os Jogos Escolares Brasileiros (JEBs) não constituem o objeto de estudo deste trabalho. A referência a esse evento tem como finalidade contextualizar a forma como se encontram definidas as responsabilidades por sua organização e realização. A partir dessa informação, delinea-se, então, o objeto de investigação desta pesquisa: a gestão da Confederação Brasileira do Desporto Escolar (CBDE). Mais especificamente, busca-se compreender em que medida essa gestão tem se pautado por princípios de transparência e controle social.

Tais princípios são característicos de boas práticas de gestão, tanto no âmbito público quanto no privado, especialmente diante da incorporação, no meio corporativo (fortemente presente no esporte), de conceitos como *compliance* e *accountability*. No entanto, no caso da CBDE, ainda que se trate de uma entidade de natureza privada, esses princípios tornam-se obrigatórios em razão do recebimento de recursos públicos, que constituem sua principal fonte de financiamento.

Destaca-se que, em função de alterações na Lei nº 10.264, de 2001 (Lei Agnello/Piva), a CBDE passou a receber repasses diretos da Caixa Econômica Federal, oriundos da arrecadação das loterias federais. Diante desse novo cenário, a CBDE tornou-se alvo de maior acompanhamento por parte dos órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU), que, por meio do Acórdão nº 798/2024 – Plenário, realizou um levantamento com o objetivo de conhecer o funcionamento da entidade, suas principais ações e os riscos subjacentes, contribuindo assim para a definição de estratégias de controle sobre o desporto educacional.

Embora existam pesquisas dedicadas ao estudo do esporte escolar — especialmente no que diz respeito às competições escolares, como nos trabalhos de Arantes, Martins e Sarmiento (2012), Neuenfeldt e Klein (2020), Arantes (2022), Arantes e Rubio (2022) e Marques (2025) — percebemos, ao mesmo tempo, uma incipiência de estudos que tenham como objeto a entidade responsável pela organização desses eventos. Nesse sentido, este trabalho busca contribuir para a ampliação dos estudos vinculados à gestão do esporte escolar. Entendemos que essa contribuição ganha ainda mais relevância ao se tratar de uma entidade cujo público-alvo são crianças, adolescentes e escolas — espaços de democratização do acesso ao conhecimento e à prática esportiva — onde, portanto, devem ser evitados processos de exclusão e de hipercompetitividade.

Face ao exposto, este trabalho tem como objetivo principal analisar o nível de transparência ativa e passiva da Confederação Brasileira do Desporto Escolar (CBDE), considerando os princípios que regem uma gestão democrática. Para isso, adota-se como principal fonte de consulta e análise o site oficial da entidade, buscando identificar o grau de acesso à informação disponibilizada, tanto no que diz respeito ao cumprimento da legislação vigente quanto à promoção de uma gestão efetivamente transparente, que favoreça o exercício do controle social.

2. Metodologia

Esta é uma pesquisa descritivo-analítica, de abordagem qualitativa e natureza exploratória. Para a fase da pesquisa qualitativa a estruturação e condução foram seguidas as etapas do processo científico propostas por Minayo (2013): a) fase exploratória; b) trabalho de campo; e c) análise e tratamento do material empírico e documental.

A fase exploratória foi dividida em três momentos. O primeiro consistiu na elaboração do pré-projeto do trabalho de conclusão de curso, etapa em que se delineou a estrutura geral do estudo, especialmente a definição do objeto, a formulação do problema de pesquisa (pergunta investigativa) e a construção dos objetivos e hipóteses. Essas escolhas foram orientadas pelas especificidades e exigências de um trabalho desenvolvido no âmbito do curso de Licenciatura, o que demanda articulação com o ambiente escolar. Os dois momentos seguintes corresponderam à realização de uma pesquisa exploratória sobre o tema da gestão esportiva e a uma revisão bibliográfica acerca das políticas públicas de esporte, esporte escolar, gestão esportiva, legislação esportiva, gestão transparente e mecanismos de controle social e democrático.

O trabalho de campo consistiu no levantamento de material documental, obtido por meio de consulta ao site oficial da Confederação Brasileira do Desporto Escolar (CBDE) (<https://www.cbde.org.br/>) e, mais especificamente, ao Portal da Transparência da entidade (<https://transparencia.cbde.org.br/>). Nessa seção do site, foram realizadas buscas para localizar documentos como atas de reuniões, estatuto da entidade e registros relacionados à prestação de contas ou aos relatórios de gestão. Complementarmente, foi realizada uma análise das redes sociais da CBDE, com ênfase na plataforma Instagram, a fim de observar as postagens relacionadas à diretoria e ao uso das imagens de crianças e adolescentes, considerando que esse é o público-alvo das ações da entidade.

A terceira e última etapa do estudo refere-se à análise e ao tratamento do material empírico e documental. Para essa etapa, foi criada uma matriz de análise que orientou a avaliação do site oficial da CBDE. A construção dessa matriz está alinhada às observações de Mazzei e Yamanaka (2021) sobre a importância da

definição de indicadores para uma avaliação fundamentada de organizações esportivas. O estabelecimento de parâmetros mensuráveis possibilita uma análise mais objetiva e criteriosa, contribuindo para a compreensão da governança, da transparência e da eficiência na gestão dessas entidades.

A matriz foi elaborada no âmbito de um projeto de iniciação científica desenvolvido entre os anos de 2023 e 2024. O referido projeto, intitulado “Gestão do Esporte no Brasil: análise sobre a transparência e controle democrático”, incluiu o plano de trabalho “Índice de Transparência, Gestão Democrática e Governança Esportiva – ITGEsp”, desenvolvido pelo autor deste trabalho. O projeto mencionado investigou os sites das organizações esportivas vinculadas ao sistema olímpico brasileiro, com o objetivo de ranqueá-las com base em critérios de transparência e gestão democrática. A experiência desenvolvida ao longo deste projeto foi aplicada neste trabalho, a partir de uma amostra específica composta pelo site da CBDE.

Ademais, a elaboração da matriz utilizou como referência categorias e indicadores do Programa GET do Comitê Olímpico do Brasil (COB), do projeto "Gestão do Esporte nos Estados e Municípios Brasileiros" (GEEM) do Instituto Inteligência Esportiva da Universidade Federal do Paraná (UFPR), e do “Radar de Transparência Pública” da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). A matriz foi estruturada em três dimensões — (i) transparência ativa, (ii) transparência passiva e (iii) boas práticas — e contempla dez critérios e trinta e nove itens de avaliação, conforme representado na figura a seguir.

Figura 1 - Matriz de Análise das Organizações Esportivas

Transparência Ativa		
Informações prioritárias		
- Site oficial - Ferramenta	de	busca
Informações institucionais		
- Estatuto ou Regulamento - Estrutura Organizacional (Organograma) - Relação das federações filiadas - Perguntas e Respostas mais frequentes - Fale		conosco
Governança		
Atas de Assembleia Geral		

• Comissão de Atletas • Conselho Administrativo • Conselho Fiscal • Processo	Eleitoral
Recursos Humanos	
• Lista nominal dos dirigentes • Lista nominal do corpo técnico	
Planejamento e Transparência	
• Planejamento estratégico • Relatório Anual de Gestão • Relatório Anual de Prestação de Contas ou Execução Orçamentária • Contratos Celebrados • Projetos e ações desenvolvidas • Calendário de eventos e competições	
Transparência Passiva	
Atendimento ao Cidadão	
• Setor responsável • Endereço físico com divulgação e horários de atendimento • Contatos eletrônico ou telefônico • Tecnologia digital para solicitação de acesso à informação	
Acessibilidade	
• Exibição do “caminho” de páginas percorridas pelo usuário • Opção de alto contraste • Redimensionamento do texto • Símbolo de acessibilidade em destaque • Mapa do site	
Boas Práticas	
Ouvidoria	
• Atendimento pessoal • Carta de Serviços ao Usuário • Participação em Redes Sociais • Canal eletrônico de acesso/interação com a Ouvidoria	
Compliance	
• Auditoria • Conselho de Ética • LGPD	
Igualdade de Gênero	
• Participação paritária de mulheres na Direção da entidade • Participação paritária de mulheres no Conselho Administrativo • Participação paritária de mulheres no Conselho Fiscal	

Fonte: Athayde et al. (2025).

Além da distribuição apresentada na Figura 1, os indicadores foram classificados em três categorias: essenciais, obrigatórios e recomendados. Os

essenciais referem-se a informações sobre execução orçamentária e financeira, cuja transparência e atendimento é condição prevista em lei para que a entidade esportiva possa receber recursos públicos. Os obrigatórios são aqueles previstos explicitamente em leis e normativas, mas que, mesmo assim, não impedem o repasse de recursos em caso de descumprimento. Já os recomendados correspondem a informações relevantes para o público em geral, que, embora não sejam exigidas legalmente, representam boas práticas que devem ser incentivadas.

As dimensões e itens foram ponderados com pesos variando de 1 a 2, considerando sua relevância para o controle externo e social, bem como o grau de dificuldade para sua disponibilização. A transparência ativa recebeu peso 2, com uma pontuação máxima de 60 pontos; a transparência passiva, peso 1,5, com pontuação máxima de 15,75 pontos; e as boas práticas, peso 1, com pontuação máxima de 13,5 pontos, totalizando um escore máximo possível de 89,25 pontos. Entre os itens avaliados, os essenciais foram ponderados com peso 2, os obrigatórios com 1,5 e os recomendados com 1. Essas informações foram organizadas em um formulário de pesquisa utilizado para avaliar o site institucional (Anexo 1), identificando o atendimento aos critérios e estabelecendo pontuações, que subsidiaram a categorização da escala de transparência do site da entidade, conforme a Figura 2.

Figura 2 – Faixas ou categorias de Transparência

Faixa de Transparência	Nível mínimo de transparência	Requisito adicional	Descrição
Ouro	Entre 74,25 a 89,25 pontos	100% dos itens essenciais	Alto desempenho
Prata	Entre 59,25 a 74,24 pontos	>= 89% dos itens essenciais	Desempenho satisfatório
Bronze	Entre 44,25 a 59,24 pontos	>= 78% dos itens essenciais	Baixo desempenho
Amadora	Entre 0,00 a 44,24 pontos	abaixo de 67% dos critérios essenciais	Muito baixo desempenho

Fonte: Athayde et al. (2025).

3. Revisão de Literatura

3.1. *Desafios e Possibilidades do Ensino do Esporte na Educação Física Escolar*

O esporte dentro das escolas costuma ser o principal conteúdo transmitido pelos professores de educação física em suas aulas, muitas vezes é a única prática a ser trabalhada durante todo o período letivo da Educação Física escolar (ROSÁRIO e DARIDO, 2005). Esse predomínio decorre de fatores históricos da área, mas é reforçado, sobretudo no âmbito das escolas públicas, por dificuldades ainda não superadas, dentre as quais, destacam-se a falta de valorização da carreira docente e os recursos limitados em termos de infraestrutura e equipamentos disponíveis. Agrava-se esse cenário em função do fato destacado por Rosário e Darido (2005) de que, por vezes, esse conteúdo é restringido a esportes coletivos mais tradicionais, os quais são ensinados sem a devida sistematização ou encadeamento pedagógico e de forma superficial priorizando a dimensão procedimental do conhecimento.

No que tange aos aspectos históricos da área, Castellani Filho (1988) destaca que a Educação Física, em seu princípio, foi criada com foco no rendimento físico, influenciada por ideais militares e pela lógica higienista. Dentro dessas perspectivas, buscava-se forjar um ser humano forte, com um corpo preparado para a guerra e para o trabalho dentro do processo de industrialização e urbanização do país. A formação de um sujeito pensante ficava, assim, em segundo plano.

É importante ressaltar que tais prioridades históricas ainda reverberam no modelo de formação e intervenção da Educação Física atual. Essa herança pode ser percebida, por exemplo, nas discussões contemporâneas que seguem priorizando o corpo como instrumento de desempenho ou de aparência. Hoje, embora os ideais militares tenham cedido espaço¹, observa-se uma valorização da estética corporal —

¹ Embora esses ideais militares tenham recuado nas décadas seguintes, sua presença não desapareceu completamente. No contexto atual, observa-se um retorno dessas influências por meio da militarização das escolas públicas, política adotada por alguns estados e municípios brasileiros. A presença de militares na gestão e no cotidiano escolar reatualiza práticas disciplinares e hierárquicas, interferindo na proposta pedagógica e impactando diretamente o trabalho docente, inclusive o da Educação Física.

do “corpo bonito” promovido por academias —, o que mantém o foco no corpo produtivo e eficiente, e não na formação integral do sujeito.

Levando em consideração uma Educação Física voltada para a escola, é imprescindível conceber um trabalho pedagógico que reconheça o ser humano em sua totalidade, orientado pela perspectiva de uma formação integral ou omnilateral (TAFFAREL, 2016). Isso implica superar concepções reducionistas que, historicamente, parametrizaram a atuação da área a partir do aprimoramento da aptidão física, fortemente ancoradas em uma visão biologicista e funcionalista. Ao contrário dessas abordagens, a Educação Física escolar deve priorizar a formação de sujeitos críticos, criativos, autônomos e reflexivos — cidadãos capazes de compreender, intervir e transformar a realidade em que vivem, tanto individual quanto coletivamente.

O aspecto tradicional, de base biológica e fisiológica, da Educação Física é também criticado por Betti (1992), que aponta a hegemonia de uma concepção reducionista da área, historicamente centrada na aptidão física, em detrimento de seu caráter social e cultural. Para o autor, o movimento humano deve ser compreendido, prioritariamente, como manifestação de cultura, e só em um segundo plano como expressão de funções biológicas. No contexto escolar, essa visão biologicista acaba por transformar o professor em um mero técnico do corpo, restringindo sua atuação a treinamentos físicos e à reprodução de padrões corporais hegemônicos.

Quando se trata do ensino do esporte nas escolas, essa lógica também se expressa: muitas vezes, a prática esportiva é trabalhada apenas em sua dimensão competitiva, o que pode promover processos de exclusão. Para Betti (1992), o esporte, como manifestação cultural do corpo, está profundamente imbricado com as dinâmicas sociais e deve ser abordado de forma crítica e contextualizada. O professor, portanto, precisa articular os conteúdos corporais com os acontecimentos sociais, estabelecendo pontes entre o que se passa no campo esportivo e na sociedade — e vice-versa.

Nesse sentido, o futebol no Brasil pode ser um potente exemplo pedagógico. Como prática cultural amplamente difundida, com grande apelo midiático e forte identidade popular, o futebol permite discutir temas como gênero, racismo, violência,

classe social e outras questões contemporâneas. Ao tratar esse esporte como expressão cultural do corpo e elemento constitutivo do imaginário social brasileiro, o professor de Educação Física amplia as possibilidades formativas de suas aulas e contribui para a construção de uma prática pedagógica mais crítica, inclusiva e transformadora.

Quando se trata da ideia de transformação social por meio do esporte em contextos periféricos, a primeira referência que geralmente surge é o esporte de alto rendimento, especialmente o futebol. Essa visão, bastante presente no senso comum e amplamente difundida entre as camadas populares, está associada à crença de que o sucesso esportivo pode representar uma via de ascensão e inclusão social. No imaginário coletivo, sobretudo em relação ao futebol, essa percepção ganha força devido à visibilidade midiática, ao volume de dinheiro envolvido e aos exemplos de atletas que "venceram na vida" a partir da prática esportiva.

No entanto, é importante destacar que essa expectativa muitas vezes ofusca a realidade de um sistema altamente seletivo e excludente, em que pouquíssimos alcançam o êxito profissional, além de promover uma formação escolar básica deficitária, conforme apontado por Teixeira et al. (2023). Ou seja, a trajetória dos atletas que conseguem "chegar lá" representa, na verdade, uma exceção à regra — e não uma possibilidade concreta e acessível para a maioria. Assim, ao invés de promover uma transformação social ampla e coletiva, o modelo do esporte de rendimento acaba por reforçar ilusões individuais e, em muitos casos, perpetuar a lógica da meritocracia e da exclusão.

A Educação Física escolar, por vezes, reproduz a lógica do esporte de alto rendimento. No entanto, conforme destacam Oliveira e Castellani Filho (2007), o esporte na escola deve ir além da competição e do desempenho, assumindo uma função pedagógica. Nessa perspectiva, o esporte escolar se distancia da lógica excludente do rendimento e passa a ser compreendido como uma prática educativa, capaz de envolver todos os alunos de forma integral no processo de ensino e aprendizagem.

Com isso, a Educação Física contribui para o desenvolvimento crítico dos estudantes, promovendo uma formação que contempla o ser humano em sua

totalidade — enquanto sujeito social, ético, reflexivo e criativo. Trata-se de uma mudança de foco: mais do que buscar a ascensão financeira por meio do esporte, busca-se uma formação plena, comprometida com a transformação da realidade dos sujeitos e da sociedade em que vivem.

Para que ocorra uma mudança na abordagem do esporte no contexto escolar, é fundamental refletir sobre a formação inicial dos professores de Educação Física. Essa formação precisa incorporar uma perspectiva crítica e emancipatória; caso contrário, há o risco de perpetuação do status quo e das práticas tradicionais pautadas pela lógica da aptidão física e do rendimento.

Nesse sentido, Oliveira e Castellani Filho (2007) ressaltam a importância da formação continuada como um caminho para que os professores possam se atualizar e lidar de forma mais consciente e qualificada com as complexidades da prática pedagógica cotidiana. Em um contexto marcado por transformações sociais e educacionais constantes, essa formação permanente torna-se essencial para romper com as determinações históricas que ainda limitam a Educação Física escolar.

Além disso, uma formação mais consistente e crítica possibilita ao professor atuar de forma mais ativa no ambiente escolar, integrando o esporte ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola não como fim em si mesmo, mas como meio para a formação cidadã dos estudantes — promovendo valores como solidariedade, respeito à diversidade, reflexão crítica e participação social.

Essa formação crítica e uma maior qualificação profissional são fundamentais para que o professor possa contribuir com seus alunos no desenvolvimento de uma compreensão mais reflexiva sobre o esporte e, mais amplamente, sobre a cultura corporal. Isso significa promover uma intervenção pedagógica que vá além da lógica do alto rendimento e da competitividade, valorizando a diversidade de conteúdos e experiências presentes na Educação Física escolar.

Para Brancht (2003), o professor deve atuar como mediador crítico do esporte na escola. Sua função vai além do ensino da técnica e da valorização da vitória; é preciso compreender e trabalhar os aspectos culturais, ideológicos e sociais que atravessam o esporte, promovendo um entendimento mais amplo por parte dos alunos. O objetivo é transformar o esporte em uma prática pedagógica inclusiva,

significativa e voltada à formação cidadã. A formação docente, nesse sentido, deve capacitá-lo para democratizar o acesso às práticas esportivas, garantindo que todos os estudantes, independentemente de suas habilidades, possam vivenciar diferentes modalidades esportivas. Isso contrasta com o modelo do esporte de rendimento, centrado apenas nos mais aptos.

Contudo, a democratização do esporte na escola enfrenta desafios distintos, dependendo do contexto. Nas escolas públicas, os professores frequentemente lidam com limitações estruturais, falta de materiais e ausência de políticas públicas efetivas. Isso exige criatividade e empenho para garantir experiências significativas aos alunos. Já nas escolas privadas, embora exista uma infraestrutura mais adequada, muitas vezes os professores enfrentam restrições quanto à liberdade pedagógica, o que pode limitar a abordagem de temas sociais mais sensíveis e a construção de um ensino crítico.

3.2. Esporte Escolar e Políticas Públicas

No campo das políticas públicas, é comum identificar programas e projetos voltados ao esporte escolar, conforme aponta Nascimento (2016). Um dos programas de maior destaque nos últimos anos é o Programa Segundo Tempo (PST), que tem como objetivo democratizar o acesso à prática esportiva, especialmente entre estudantes em situação de vulnerabilidade social. Trata-se de uma iniciativa amplamente analisada pela produção acadêmica, como evidenciado no estudo de Silva et al. (2023).

No contexto do Distrito Federal, sobressaem-se programas consolidados que têm como foco o esporte escolar, como os Centros de Iniciação Desportiva (CID) e os Jogos Escolares do Distrito Federal (JEDF), ambos investigados por pesquisadores locais, conforme os trabalhos de Santos (2015), Lopes (2019) e Marques (2025).

O CID é um programa da Secretaria de estado de Educação do DF (SEEDF), desenvolvido desde o início da década de 1980, que oferece diferentes modalidades esportivas para os estudantes da rede pública de ensino no contraturno escolar. De acordo com Marques (2025, p. 85): “Um olhar mais atento revela que há na legislação

e no interior do CID duas perspectivas, aparentemente contraditórias, enquanto objetivos centrais do programa, quais sejam: a democratização do acesso ao esporte e a detecção de talentos”.

O JEDF – Jogos Escolares do Distrito Federal constitui o maior e mais tradicional evento de esporte escolar da região, reunindo escolas públicas e privadas em competições de diversas modalidades esportivas. Com mais de seis décadas de história, o evento chegou, em 2023, à sua 63ª edição. A partir de 2018, os JEDF passaram a integrar oficialmente o calendário de eventos do Distrito Federal, conforme estabelecido pela Lei nº 6.069, de 9 de janeiro de 2018 (MARQUES, 2025). A partir da análise dos objetivos do JEDF, Marques (2025, p. 77) afirma o seguinte: “Esses objetivos reforçam a interpretação sobre a tentativa de articular uma política de esporte escolar que contemple diferentes interesses, ora alinhada a um projeto educacional, ora voltada para demandas mais esportivas”.

A presença desses programas e sua relação com o ambiente escolar conferem a essas ações uma característica recorrente no contexto educacional: a tensão entre duas perspectivas distintas — de um lado, a priorização dos princípios do esporte de alto rendimento e da detecção de talentos esportivos; de outro, a valorização de uma abordagem inclusiva, voltada à democratização do acesso às vivências esportivas no espaço escolar.

Esse dilema se reproduz no processo de esportivização das aulas de Educação Física, que tende a seguir dois caminhos principais. O primeiro consiste na adaptação das práticas corporais e dos demais conteúdos da cultura corporal à lógica e às exigências do esporte formal. O segundo diz respeito à hegemonia do conteúdo esportivo, frequentemente tratado como conteúdo quase exclusivo das aulas, em detrimento da diversidade de experiências corporais possíveis no contexto escolar.

Nessa tensão entre a preparação para o alto rendimento e a valorização da vivência esportiva, insere-se a experiência dos Jogos Escolares. Nesse contexto, as escolas com maior estrutura — seja em termos de infraestrutura física, materiais esportivos ou condições de trabalho dos profissionais — tendem a oferecer uma maior diversidade de experiências esportivas aos estudantes. Consequentemente, essas instituições também apresentam mais possibilidades de participação bem-

sucedida nas diferentes etapas dos Jogos Escolares, inclusive nas fases finais em nível nacional.

A criação dos Jogos Escolares Brasileiros (JEBs) remonta ao ano de 1969, quando o Ministério da Educação instituiu, em âmbito nacional, uma competição escolar com o objetivo de descobrir talentos esportivos e promover a integração nacional (MARQUES, 2025). Segundo o autor, ao longo dos seus mais de 50 anos de existência, a despeito das mudanças em seu formato e nomenclatura, os JEBs se consolidaram como a principal política de esporte escolar no Brasil.

Arantes, Martins e Sarmiento (2012) realizam uma periodização dos JEBs que distingue quatro fases, destacando a breve ênfase no “Esporte Educacional” entre 1985 e 1989, quando houve iniciativas de maior inclusão e participação estudantil. Em geral, no entanto, prevaleceu uma perspectiva mais esportiva e voltada ao rendimento. A gestão do evento passou por diferentes órgãos estatais até a ascensão do Comitê Olímpico do Brasil (COB), que, a partir de 2005, assumiu de forma plena a organização dos jogos, possibilitada pelo acesso aos recursos das loterias federais via Lei Agnelo Piva, após sua regulamentação.

Essa nova fase trouxe avanços como o aumento da participação, melhorias estruturais e maior visibilidade midiática. No entanto, também acentuou o viés de alto rendimento. A partir de então, estabeleceu-se uma disputa entre o COB e a Confederação Brasileira de Desporto Escolar (CBDE) pela liderança do esporte escolar e pelo controle dos recursos públicos. Atualmente, ambas as entidades compartilham essa responsabilidade: a CBDE organiza os JEBs para estudantes de 12 a 14 anos, enquanto o COB é responsável pelos Jogos da Juventude para a faixa de 15 a 17 anos. Essa divisão institucional reflete uma tensão permanente entre modelos esportivos voltados para a formação educacional e aqueles orientados para o rendimento competitivo.

3.3. A Confederação Brasileira de Desporto Escolar (CBDE)

A entrada da Confederação Brasileira de Desportos Escolares (CBDE) no cenário da política esportiva educacional simboliza disputas em torno da gestão do esporte

escolar e do acesso aos recursos públicos destinados ao setor. Ao mesmo tempo, a entidade acaba assumindo uma das maiores responsabilidades nesse campo na atualidade. Apesar das contradições já apontadas, observa-se um esforço — ainda que, por vezes, limitado a um discurso de caráter mais propagandístico — de apresentar os Jogos Escolares Brasileiros (JEBs) como um espaço voltado à democratização do esporte. Essa intenção é refletida no slogan adotado pelo evento: “O esporte começa aqui”, que sugere a ideia de iniciação esportiva acessível e formativa, ainda que essa proposta nem sempre se concretize plenamente na prática.

A Confederação Brasileira de Desporto Escolar (CBDE) foi fundada em 25 de maio de 2000 e tem como missão promover a disseminação do esporte no ambiente escolar. Constituída como entidade sem fins lucrativos, atua com base na Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, sendo reconhecida nacionalmente como órgão de representação e administração do desporto educacional. No cenário internacional, a CBDE é reconhecida pela International School Sport Federation (ISF) e pela International Sports Federation for Catholic Schools (FISEC) como representante oficial do sistema de desporto escolar do Brasil. De acordo com a Lei nº 14.597/2023 (Lei Geral do Esporte), a CBDE, juntamente com a Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU), integra um subsistema próprio no âmbito do Sistema Nacional do Esporte, com funcionamento baseado em princípios de autorregulação.

De acordo com o Tribunal de Contas da União (2024):

Entre as principais atribuições da entidade[CBDE], destaca-se: (i) administrar e incentivar a prática do desporto escolar em todos os níveis, inclusive o desporto escolar praticado por portadores de deficiências; (ii) representar o desporto escolar brasileiro no exterior, em competições amistosas ou oficiais da Fisec e ISF; (iii) promover e permitir a realização de competições interestaduais e de competições internacionais no território brasileiro; (iv) promover e fomentar a prática do desporto escolar de rendimento, de participação e educacional; e (v) trabalhar em consonância com o Comitê Olímpico do Brasil (COB), o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), a Confederação Brasileira de Clubes (CBC), a Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU), dentre outros (p. 3).

Por meio deste Acórdão, é possível perceber que a Confederação Brasileira de Desporto Escolar (CBDE) tem assumido a responsabilidade por praticamente tudo o que diz respeito ao esporte escolar no país, incluindo vertentes que não estão diretamente ligadas ao rendimento e à competição, como o desporto educacional e de participação. No entanto, observa-se que a maioria das atribuições listadas está

relacionada ao alto rendimento e às competições, sejam elas estaduais, nacionais ou internacionais.

O conteúdo disponível no site oficial da entidade, especialmente na aba “Histórico”, reforça essa percepção. Embora haja menção à democratização do esporte e ao desenvolvimento esportivo e social, esses temas aparecem apenas no final da seção, de forma breve, enquanto a maior parte do texto está voltada aos feitos da CBDE no campo do esporte competitivo. Ao longo dos seus 24 anos de atuação, a Confederação participou de 127 torneios internacionais e organizou 12 campeonatos mundiais (CBDE, 2025), com destaque para a realização da Gymnasiade — considerada as Olimpíadas do esporte escolar. Nessas competições, o Brasil tem obtido resultados expressivos, frequentemente figurando entre os três primeiros colocados em diferentes categorias. Nas edições recentes dos campeonatos sul-americanos escolares, por exemplo, os estudantes-atletas brasileiros têm se destacado, conquistando com frequência o primeiro lugar, o que coloca o país em evidência no cenário do desporto escolar internacional.

3.4. Gestão e Transparência no Esporte Escolar Brasileiro

Diante do exposto até o momento, chega-se ao objeto de estudo deste trabalho: a gestão da Confederação Brasileira de Desporto Escolar (CBDE), com ênfase nos aspectos relacionados ao acesso à informação e à transparência institucional. Para essa análise, conforme delineado anteriormente, toma-se como recorte empírico o conteúdo disponível no site oficial da entidade, seu estatuto e, complementarmente, suas redes sociais. É importante destacar que, embora a CBDE possua natureza jurídica de entidade privada, seu financiamento massivamente oriundo de recursos públicos impõe a ela o cumprimento do disposto no Art. 36 da Lei nº 14.597/2023. Tal artigo determina que entidades integrantes do Sistema Nacional do Esporte, ainda que de caráter privado, estão sujeitas a princípios e exigências próprias da gestão pública, sobretudo no que se refere à transparência, à publicidade de informações e à prestação de contas.

Independentemente do que é legalmente obrigatório, este trabalho também busca compreender se as informações divulgadas pela CBDE refletem, de fato, um

compromisso com a transparência e com o fortalecimento do controle social, ou se se limitam ao cumprimento mínimo necessário para assegurar a continuidade do recebimento de recursos públicos.

Essa forma de gestão, marcada por tensões entre interesse público e práticas privadas, é um tema que já vem sendo debatido no meio acadêmico, especialmente nos cursos de licenciatura em Educação Física, onde há reflexões críticas sobre entidades como o Comitê Olímpico Brasileiro (COB). No entanto, quando se sai do espaço universitário e se considera a percepção da população em geral, o que prevalece são representações midiáticas centradas na espetacularização do esporte — nos jogos, nos resultados, nos ídolos. Questões como financiamento público, transparência na gestão e controle social sobre os recursos empregados são pouco discutidas, ainda mais quando se trata do esporte escolar. São raras as abordagens que problematizam como determinadas competições são organizadas, quem as gere e de que forma os recursos públicos impactam as populações envolvidas.

A pauta da transparência no esporte é relativamente recente no Brasil, e, no caso de confederações com menor visibilidade midiática, como a CBDE, a falta de debate público é ainda mais acentuada. O esporte escolar, por sua vez, segue sendo um campo pouco explorado nesse sentido, inclusive dentro das próprias formações em Educação Física, nas quais o tema da gestão e da *accountability* no esporte educacional muitas vezes é negligenciado.

No caso específico da CBDE, pode-se dizer que ainda é uma entidade pouco conhecida pelo grande público. Isso dificulta a existência de qualquer tipo de cobrança social em relação à sua transparência institucional. Se já é raro observar uma mobilização crítica diante da falta de transparência em entidades de grande visibilidade, como a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) — mesmo após recorrentes escândalos de corrupção —, é ainda mais improvável que esse tipo de cobrança recaia sobre uma confederação do âmbito escolar. Contudo, justamente por se tratar de uma entidade que lida diretamente com crianças, adolescentes e com o ambiente educacional, é fundamental que sua gestão seja tratada com o máximo de seriedade e que esteja comprometida com padrões elevados de transparência e responsabilidade pública.

4. Resultados e Discussões

4.1. O site institucional

A primeira impressão causada pelo site institucional da CBDE (<https://www.cbde.org.br/>) é, em geral, bastante positiva. A página apresenta um design moderno e atrativo, com uso de imagens de alta qualidade que retratam jovens atletas em ação ou celebrando conquistas. A navegação é intuitiva, e o site demonstra preocupação com acessibilidade, oferecendo recursos voltados à inclusão de pessoas com deficiência, o que evidencia uma atenção às diretrizes contemporâneas de comunicação institucional. Além disso, o conteúdo apresentado enfatiza valores como cidadania, ética, democracia e equidade, os quais aparecem tanto em trechos dos textos institucionais quanto em frases de destaque ao longo do site. Esses mesmos princípios também estão expressos no estatuto da entidade, o que, em tese, contribui para a construção de uma imagem institucional comprometida com o bem público e com os valores educacionais do esporte.

O site institucional da CBDE disponibiliza um canal de ouvidoria bastante completo, dividido em diferentes áreas de atuação. Há uma seção voltada especificamente para demandas gerais da ouvidoria e outra dedicada às questões éticas da entidade, além de uma aba própria para perguntas frequentes, o que facilita o acesso à informação por parte do público interessado.

Além disso, a entidade disponibiliza um portal da transparência bem estruturado, com ferramenta de busca funcional e intuitiva. As informações estão organizadas em seções claras e visíveis, o que favorece a localização de documentos e dados relevantes sobre a gestão. Os arquivos disponibilizados apresentam uma identidade visual padronizada, com formatação que facilita a leitura e a compreensão das informações. É possível acessar documentos de diversos anos, com abas organizadas por período e por tipo de conteúdo, o que contribui para a navegabilidade e a eficiência na busca por dados específicos relacionados à transparência institucional.

4.2. Análise dos Itens de Gestão Transparente

No que se refere aos critérios de transparência ativa, a CBDE obteve pontuação máxima, alcançando 60 pontos, ao cumprir integralmente todos os itens exigidos nessa categoria. Já na dimensão da transparência passiva, a entidade alcançou 12,75 pontos de um total possível de 15,75. A perda de pontos se deu, principalmente, por ausência de alguns elementos que, embora não fossem obrigatórios devido à boa estrutura do site, poderiam aprimorar ainda mais a qualidade da informação oferecida ao público. Na categoria de boas práticas, a CBDE obteve 11 pontos em um total de 13,5. Com isso, a pontuação final da entidade foi de 83,75 pontos, atendendo a 100% dos itens essenciais, o que a qualifica como uma entidade “padrão ouro” em termos de transparência institucional, conforme apresentado no quadro a seguir.

Figura 3 - Quadro síntese da avaliação do site da Confederação Brasileira de Desportos Escolares

Entidade	Transparência Ativa	Transparência Passiva	Boas Práticas	Pontuação Total	% Itens Essenciais	Padrão
Confederação Brasileira de Desportos Escolares	60	12,75	11	83,75	100%	Ouro

No seu estatuto, a Confederação Brasileira do Desporto Escolar (CBDE) demonstra atenção às causas sociais, reconhecendo no esporte um instrumento de formação cidadã, especialmente por atuar diretamente com crianças e instituições escolares. O documento evidencia a preocupação com a promoção da inclusão por meio da equidade, tanto no que se refere aos(as) atletas quanto à composição de sua gestão. Nesse sentido, estabelece a obrigatoriedade de representação de atletas e valoriza a diversidade, incentivando a participação de pessoas com deficiência (PCDs), integrantes da comunidade LGBTQIA+, pessoas negras e mulheres na estrutura diretiva, contribuindo para o enfrentamento da discriminação.

Além disso, assim como observado no site institucional, o estatuto da entidade dá ênfase à ética e à transparência como princípios fundamentais de governança.

Prevê, inclusive, a criação de uma Comissão Especial de Diversidade, reforçando o compromisso com a inclusão. O fortalecimento da Ouvidoria também é destacado como uma diretriz institucional, e, na prática, a existência de dois canais de ouvidoria no site – um voltado a demandas gerais e outro exclusivamente para questões de ética – demonstra que tais dispositivos não se restringem ao papel, mas são efetivamente implementados.

As discussões sobre a forma como a entidade desenvolve o esporte escolar e promove sua democratização não são de fácil acesso no site institucional. Embora seja possível encontrar algumas informações relacionadas a esses temas, elas são limitadas. Apesar de a CBDE ser apresentada como a entidade responsável pelo esporte de participação e de cunho educacional, o conteúdo mais visível e destacado está voltado ao esporte de alto rendimento e às competições, repetindo uma característica identificada no estudo de Tavares (2023) sobre a transparência na gestão esportiva brasileira. Há uma forte ênfase na celebração de conquistas em eventos internacionais e no sucesso da organização de grandes competições, o que indica uma priorização do desporto de rendimento em detrimento de ações mais amplas e estruturantes voltadas ao esporte escolar como ferramenta de formação cidadã e inclusão social.

5. Conclusão

Conclui-se que, no que se refere ao seu site institucional, a Confederação Brasileira de Desportos Escolares (CBDE) apresenta coerência com muitas das diretrizes expressas em seu estatuto. A entidade demonstra compromisso com a acessibilidade, equidade e facilidade de navegação, oferecendo uma plataforma funcional, com ferramentas de busca eficientes e documentos organizados, que facilitam o acesso à informação.

A preocupação com a ética e com a dimensão humana também se destaca. Considerando que a CBDE atua com crianças, adolescentes e instituições escolares, é fundamental que promova valores formativos por meio do esporte, o que se expressa tanto nos recursos presentes no site quanto nas previsões estatutárias. A existência de canais específicos de ouvidoria, inclusive voltados exclusivamente à ética, reforça esse cuidado.

Diferentemente de outras entidades que parecem apenas cumprir formalidades legais para garantir o repasse de recursos públicos, a CBDE demonstra, em sua apresentação institucional, uma postura mais transparente e proativa. Muitos dos compromissos assumidos em seu estatuto são efetivamente visíveis no site, o que contribui para a credibilidade da organização. Essa percepção se confirma com a classificação da entidade como "padrão ouro", segundo os critérios do quadro-síntese de transparência, tendo alcançado pontuação total elevada e atendido a todos os itens essenciais.

Contudo, no que diz respeito à forma como a entidade trata o esporte escolar, constata-se um descompasso. Apesar de seu papel institucional incluir a promoção do esporte educacional e de participação, há uma priorização evidente do esporte de rendimento. A maior parte das ações divulgadas, bem como o destaque dado às conquistas em competições nacionais e internacionais, reforçam uma lógica meritocrática e seletiva, que tende a excluir os menos habilidosos — justamente o oposto do ideal de democratização do esporte. Assim, embora o discurso institucional invoque a inclusão e a formação cidadã, na prática, o foco competitivo compromete a efetiva consolidação do esporte educacional como direito de todos.

6. Referências Bibliográficas

- ARANTES, André; MARTINS, Francisco; SARMENTO, Pedro. Jogos escolares brasileiros: reconstrução histórica. *Motricidade*, 2012, 8.2: 916-924.
- ARANTES, André Almeida Cunha. Cinco décadas de Jogos Escolares Brasileiros ou múltiplos eventos escolares em cinco décadas. *Olimpianos - Journal of Olympic Studies*, v. 6, p. 45-59, 2022.
- ARANTES, André Almeida Cunha; RUBIO, Katia. Jogos Escolares Brasileiros: vestígios acadêmicos a maneira de uma revisão de literatura. *Olimpianos-Journal of Olympic Studies*, v. 6, p. 285-302, 2022.
- BETTI, Mauro. Educação Física e cultura corporal: o que é e o que poderia ser. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 13, n. 1, p. 36–43, 1992.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social Família e Combate à Fome. *Jogos Escolares Brasileiros (JEB's)*. Brasília: Governo Federal, [2025?]. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/jebbs>. Acesso em: 3 jul. 2025.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão nº [798/2024 - PLENÁRIO], de [24/04/2024]. Brasília: TCU, [2024]. Disponível em: https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/credenciamento%2520e%2520licita%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520inexigibilidade/DTRELEVANCIA%253A%255B20150101%2520to%2520*%255D/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/18. Acesso em: 15 jul. 2025.
- CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação Física no Brasil: a história que não se conta*. Campinas: Papirus, 1988. (Coleção Corpo & Motricidade).
- CBDE – Confederação Brasileira do Desporto Escolar. *Histórico*. Brasília: CBDE, [2025?]. Disponível em: <https://www.cbde.org.br/historico/>. Acesso em: 3 jul. 2025.
- DA CUNHA, Luciana Bicalho. A Educação Física Desportiva Generalizada no Brasil: princípios e sistematizações de um método de ensino em circulação (1952-1980). 2017. 264 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
- LOPES, Paula Miranda do Amaral Monteiro. *Perspectivas e desafios para o desporto educacional do Distrito Federal: uma análise dos programas de esporte escolar de 2008 a 2017*. 2019. 127 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação Física) — Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- MARQUES, Luís Maurício Montenegro. *Políticas Públicas e Esporte Escolar: uma análise crítica sobre a realidade e as possibilidades no Distrito Federal*. 2025. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) — Universidade de Brasília, Brasília, 2025.
- MARQUES, Renato, GUTIERREZ, Gustavo e MONTAGNER, Paulo. Novas configurações socioeconômicas do esporte na era da globalização. *Revista da Educação Física/UEM*, 2009.

MAZZEI, L. C., & YAMANAKA, G. K. Medição de desempenho contínuo (indicadores de gestão) e avaliação aplicados às organizações esportivas. In *Gestão e governança do esporte brasileiro*. Berzon, 2021.

NASCIMENTO, Edriane Lima do. *Políticas públicas e esporte educacional: adeus ao atleta na escola?* 2016. xv, 197 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação Física) — Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

NEUENFELDT, Derli Juliano; KLEIN, Jaqueline Luiza. Jogos escolares e Educação Física Escolar: investigando esta (des) articulação. *Revista Thema*, v. 17, n. 1, p. 151-171, 2020.

OLIVEIRA, M. A. S.; CASTELLANI FILHO, L. Esporte e formação humana: mediações necessárias. In: SOARES, C. L. et al. (org.). *Conhecimento em educação física: identidade e diferenças na cultura corporal*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. p. 213–230.

ROSÁRIO, Luís Fernando Rocha; DARIDO, Suraya Cristina. A sistematização dos conteúdos da educação física na escola: a perspectiva dos professores experientes. *Motriz*, Rio Claro, v.11 n.3 p.167-178, set./dez. 2005.

SANTOS, Samir Almeida. *O Projeto Centro de Iniciação Desportiva e as políticas esportivas no Distrito Federal: uma análise à luz dos direitos de cidadania*. 2015. xviii, 165 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação Física) — Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SILVA, D. S. et al.. Programa Segundo Tempo: uma revisão sistemática da principal política pública de esporte educacional no Brasil. *Movimento*, v. 29, p. e29011, 2023.

TAFFAREL, Celi Zulke. Pedagogia histórico-crítica e metodologia de ensino crítico-superadora da educação física: nexos e determinações. *Nuances: estudos sobre Educação*, Presidente Prudente-SP, v. 27, n. 1, p. 5-23, jan./abr. 2016.

TAVARES, Andrea Louise Aires. *Desafios para uma gestão transparente e participativa no esporte brasileiro*. 2023. 75 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão de Políticas públicas) – Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

TEIXEIRA, Marcelo Resende et al. A (de) formação dos futebolistas: como a ausência de políticas na Educação Básica reforçam uma ilusão. *Educação, Ciência e Cultura*, v. 28, n. 2, 2023.